

## CLUBE FICA AHI: EXPERIÊNCIAS DE EXTENSÃO

MILENA MENDIONDO DA ROSA<sup>1</sup>; ROSANE APARECIDA RUBERT<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – milenamendrosa@gmail.com

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – rosanerubert@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

No presente trabalho, tem-se como objetivo apresentar as ações do projeto de extensão “Clube Fica Ahi: valorização e reconhecimento do ativismo negro pelotense”, vinculado ao Departamento de Antropologia (ICH/UFPEL); pretende-se também explicitar as atividades sobre as quais tenho responsabilidade como bolsista do projeto.

O projeto atual é continuação de um projeto anterior, intitulado “Assessoria ao Clube Social Negro Fica Ahi Pra Ir Dizendo no seu processo de transformação em Centro de Cultura Afro-brasileira”, que foi desenvolvido entre os anos de 2010 e 2016. Dessa forma, a finalidade do projeto atual é prosseguir com a assessoria ao *Fica Ahi*, através do desenvolvimento de ações que assegurem a salvaguarda de seu acervo documental, o alargamento da sistematização da memória do Clube, da realização de atividades culturais e acadêmicas diversas, na intenção de promover o reconhecimento da trajetória e significado do Clube *Fica Ahi* para a sociedade regional e, especialmente, a comunidade negra.

O *Fica Ahi* foi fundado em 1921 como um cordão carnavalesco, assumindo o estatuto de “clube” no ano de 1953, e permanece em atividade até os dias atuais. Os associados do clube faziam parte do que se poderia chamar de elite negra pelotense; nessa lógica, o clube exigia certos padrões de comportamento para seus associados, semelhantes, quando não iguais, aos padrões de outros clubes de classe média da cidade, frequentados pelos brancos. O clube acabava provocando um ressentimento entre os demais, que se sentiam segregados, devido aos seus padrões exigentes e dispendiosos, que impediam muitas famílias de se associarem a ele. Por parte de alguns estudos, existe a interpretação de que tais padrões morais associavam-se a uma ideia de branqueamento; outras perspectivas, como em Silva (2016), falam que essas exigências de comportamento diziam respeito à manutenção de uma identidade negra positiva e da elevação social dos negros, devido à recusa, por parte destas associações, às características pejorativas tidas pela classe dominante como inerentes aos negros. Essa preocupação com a diferenciação, em se constituir como um local de engrandecimento, existia no *Fica Ahi*, onde, inclusive, havia um processo de seleção de sócios bastante exigente, no qual, primeiramente, o candidato deveria ser indicado por algum sócio do clube e, em seguida, ser devidamente reconhecido como membro da comunidade negra pelotense.

Os clubes sociais negros têm início antes mesmo da Abolição de Escravatura, em 1888, sendo a Sociedade Floresta Aurora, de Porto Alegre, o Clube Social Negro mais antigo do país, fundado em 1872 (ESCOBAR, 2010). Os clubes sociais negros, em sua origem, faziam aquilo que o Estado brasileiro deixava de fazer: antes da Abolição, por exemplo, atuavam no sentido de angariar fundos para auxiliar na libertação de escravizados; antes e depois da Abolição, auxiliavam famílias que estavam em situação econômica desfavorável, em função de desemprego ou de morte de algum responsável, auxiliando também em despesas com funerais, etc. Isso tudo, é claro, além de oferecer um espaço de

sociabilidade para a população negra, que era proibida de frequentar os clubes sociais “brancos” – mesmo após a Abolição, pois, como se sabe, a suposta “democracia racial brasileira” se constituiu, historicamente, em um discurso que conviveu com práticas segregacionistas e discriminatórias.

O Movimento Clubista emerge no ano de 2006, precursorado por um pequeno grupo de militantes e intelectuais negros, dentre o qual se encontravam Oliveira Silveira e Giane Vargas Escobar. O movimento atuava em prol do reconhecimento e da revitalização dos espaços físicos dos clubes que, em sua maioria e por todo o país, encontrava-se em lamentável estado de degradação; a partir disso, buscava-se preservar, além das edificações, histórias e memórias da comunidade negra brasileira (ESCOBAR, 2016). É no âmbito das atividades do Movimento Clubista que foi formulado um conceito sobre “clubes sociais negros”, elaborado por Oliveira Silveira e pelos integrantes da Comissão Nacional de Clubes Sociais Negros, composta por representantes dos Estados do RS, SC, SP, RJ e MG:

Os Clubes Sociais Negros são espaços associativos do grupo étnico afro-brasileiro, originário da necessidade de convívio social do grupo, voluntariamente constituído e com caráter beneficente, recreativo e cultural, desenvolvendo atividades num espaço físico próprio. (ESCOBAR, 2010, p. 61).

A revitalização dos clubes negros envolve não somente a reconstituição de seus espaços físicos, mas também a agregação de novas atividades, onde constituir acervos é um objetivo central. A preservação da memória dos clubes sociais negros evidencia a importância da participação do negro na construção social, cultural e econômica do país, contribuindo para uma mudança de comportamento e de olhar sobre a história da população negra como articuladora e construtora da história da nação (ESCOBAR, 2010). Assim, é nessa lógica que trabalha o Projeto de Extensão aqui apresentado.

## 2. METODOLOGIA

Meu trabalho como bolsista do projeto é uma continuidade do trabalho de outros bolsistas que atuaram anteriormente, tendo como foco, até o presente momento, auxiliar na preservação do acervo físico e na constituição do acervo digital do Clube. No ano de 2017 a sede do *Fica Ahi* ficou interditada para atividades rotineiras em função de ampla reforma física que estava acontecendo, principalmente no telhado e forros; infelizmente, o processo acarretou alagamentos que inutilizaram vários documentos e equipamentos que vinham sendo utilizados para tratá-los (computadores e scanners utilizados para digitalização, inventário, constituição de acervo digital, etc.) o que acabou por comprometer parcialmente o trabalho que havia sido realizado pelo primeiro projeto de extensão. No entanto, importa ressaltar, muito do que foi preservado após tais incidentes se deve ao cuidado empenhado pela equipe do primeiro projeto em acondicionar de forma adequada os documentos já inventariados.

Assim, na prática, meu trabalho consiste em auxiliar na conferência dos documentos inventariados (o que ainda se tem em formato físico e digital, o que foi perdido, etc.), e na digitalização de documentos que ainda não haviam sido digitalizados ou cujas digitalizações foram perdidas no curso dos mencionados sinistros. Há uma grande diversidade de documentos no acervo do clube: livros de atas e de presença, fichas de sócios, convites, certificados, diplomas, livros de debutantes, documentos do Estatuto do Clube, correspondências, documentos

financeiros, informativos, jornais, etc. Há mil cento e sessenta e um (1.161) itens inventariados.

O processo realizado para a digitalização dos documentos consiste em escaneá-los e editar as imagens para que fiquem nítidas e legíveis: recorte da imagem, contraste, brilho, etc. Porém, devido à perda dos equipamentos que haviam na sede do clube, esses procedimentos precisam ser realizados no ambiente da Universidade; assim, levamos os documentos até o prédio do ICH e utilizamos os equipamentos disponíveis na sala de reuniões do Departamento de Antropologia, para que seja possível realizar o trabalho ao qual nos propomos.

No decorrer deste tempo como bolsista, pude concluir a digitalização (escaneamento, edição de imagens e arquivamento em pastas) de quinze (15) itens, entre livros de atas e livros de presença do acervo do clube, o que totaliza duas mil trezentos e cinco (2.305) imagens. Ainda restam outros livros de atas e de presença a serem inteiramente digitalizados, portanto, o processo continua.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No período pós-Abolição é possível observar um punjante associativismo negro. Sendo este considerado um momento histórico de construção e busca pela liberdade e pela própria cidadania dos negros, houve então uma propagação de associações culturais, beneficentes, de assistência e auxílio mútuo (SILVA, 2011). Os clubes negros no pós-Abolição são tomados como continuidade de uma experiência associativa anterior, como foi brevemente mencionado na Introdução deste trabalho, e permitem que se dialogue com as demandas sociais que seus associados e associadas enfrentavam cotidianamente, na luta por uma cidadania política e social efetiva (SILVA, 2016).

Tendo em vista que a população negra era, até então, excluída dos mecanismos de acesso ao trabalho remunerado, nessa época, estar empregado e ser um profissional assalariado significava a possibilidade de mobilidade social. Assim, os primeiros clubes sociais negros do período pós-Abolição tiveram como fundadores trabalhadores negros oriundos de profissões que viabilizaram a mobilidade social para estes – mesmo que os cargos que ocupassem não fossem os mais elevados e bem remunerados (ESCOBAR, 2010).

Para alguns, foi possível ascender a uma posição social que os colocava no âmbito de uma “elite negra”; para outros, apesar de terem conseguido alcançar a mobilidade social através do trabalho assalariado, a ascensão ao status de “elite negra” não foi possível. Portanto, a partir dessa lógica hierárquica de divisão social por condições econômicas, dividiram-se também os clubes sociais negros: alguns atendiam à “elite negra”, exigindo certos padrões típicos da classe média em geral; enquanto outros eram considerados mais “populares” ou “abrangentes”, por não manterem estruturas rígidas que acabassem impedindo muitas pessoas e famílias de participarem.

A cidade de Pelotas possui uma formação história bastante racista e elitista e, assim como o Estado do Rio Grande do Sul, sempre se colocou como um “polo” europeu, uma cidade com fortes “heranças portuguesas”. Mesmo que grande parte da população pelotense seja negra, a história dessas pessoas, assim como suas manifestações expressivas e organizações políticas sempre foram, e ainda são, invisibilizadas nas narrativas oficiais da cidade e desconhecidas pela maioria dos pelotenses.

Assim, acreditamos que a reconstituição de memórias negras e a preservação dos espaços históricos de sociabilidade negra são ações de suma importância para a valorização de uma história real, que seja justa com este

segmento da população que ainda hoje é deslegitimado na cidade de Pelotas. Portanto, como foi discorrido aqui, é nesse sentido que trabalha o projeto de extensão “Clube Fica Ahi: valorização e reconhecimento do ativismo negro pelotense”: um trabalho que acreditamos ser importante para contribuir na manutenção e valorização de uma memória negra na cidade de Pelotas.

#### 4. CONCLUSÕES

Gostaria de concluir ressaltando a importância da extensão para a formação profissional. Pensamos aqui conforme proposta de João Pacheco de Oliveira (2018), de que “é fundamental considerar a antropologia enquanto prática, tratando de perceber como ocorre o enraizamento social desta disciplina e os conhecimentos que possibilita” (p. 144), isto é, todas as teorias que aprendemos durante a graduação não podem ser tidas apenas como teorizações intelectuais e academicistas: é necessário colocar a antropologia em prática e nos esforçarmos para realizar uma atuação antropológica social. Isso é possível por meio da extensão acadêmica.

A extensão possibilita que o/a aspirante a antropólogo/a tenha contato e atue em campos onde se possa fazer alguma diferença com o conhecimento acadêmico adquirido na universidade, contribuindo também para o aprendizado da prática profissional. Além disso, a participação em um projeto de extensão também pode abrir caminho para a produção intelectual do/a aluno/a, inspirando, por exemplo, um tema de pesquisa para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC): a partir da participação no projeto de extensão aqui apresentado, encontro-me no momento de elaboração de meu TCC, tendo como tema de pesquisa, em linhas gerais, as representações e a atuação das mulheres no Clube Fica Ahi.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ESCOBAR, Giane Vargas. **Clubes Sociais Negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial**. 2010. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Santa Maria.

ESCOBAR, Giane Vargas; MORAES, Ana Luiza Coiro. Clubes Sociais Negros: memória e ações para o reconhecimento como patrimônio cultural afro-brasileiro. In: PAIXÃO, Cassiane de Freitas; LOBATO, Anderson O. C. (org.). **Os Clubes Sociais Negros no Estado do Rio Grande do Sul**. Rio Grande: Editora da FURG, 2016. Capítulo 1, p. 21-43.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Desafios contemporâneos para a Antropologia no Brasil: sinais de uma nova tradição etnográfica e de uma relação distinta com os seus “outros”. **Revista Mundaú**, Alagoas, n. 4, p. 140-159, 2018.

SILVA, Fernanda Oliveira da. Além da sociabilidade: identidade e racialização nos clubes sociais negros de Pelotas no pós-abolição (primeira metade do século XX). In: PAIXÃO, Cassiane de Freitas; LOBATO, Anderson O. C. (org.). **Os Clubes Sociais Negros no Estado do Rio Grande do Sul**. Rio Grande: Editora da FURG, 2016. Capítulo 2, p. 45-74.

SILVA, Fernanda Oliveira da. **Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.